

25% para o professor. Essa Emenda teve 14% de voto "sim" e mais de 50% de votos "não". Mas eles passaram, Deputado Alexandre Freitas, fizeram bonequinho de quem votou a favor do aumento, que fomos nós, porque eles votaram contra. (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Mais uma vez, venho pedir silêncio às galerias, por favor.

O SR. ANDRÉ CECILIANO - Votaram contra no principal. Então, tem que parar de vir aqui fazer discurso fácil, porque é mole jogar para as galerias. É fácil, eu atendi todo mundo, discuti, ampliamos e votamos. E eu não me permito que eu escute aqui o discurso fácil, Deputado Luiz Paulo. Quero parabenizar V.Exa., porque V.Exa. mesmo discordando do pacote viu e construiu o que preservamos, que foi o direito dos servidores. Porque não existe serviço público sem o servidor público. Não existe serviço na área de Segurança, Deputado Coronel Salema, Deputada Martha, Deputado Márcio, sem os policiais militares e civis. Não existe Educação pública sem os professores e nós estamos aqui garantindo o direito de todos. (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Mais uma vez peço silêncio às galerias.

O SR. ANDRÉ CECILIANO - Não de uma minoria que vem aqui para fazer claque, que é para fazer o discurso fácil. Pode vaiar, pode aplaudir. Eu não vou no discurso fácil, eu tenho responsabilidade e digo que temos. Eu não, temos responsabilidade, Deputado Márcio, com o Estado, porque foi assim em 17, foi assim em 19, Deputado Luiz, quando numa manhã eu chamei V.Exa. lá na Alfândega e em dois Projetos de Leis construímos um aumento de arrecadação de um bilhão e 300 milhões de reais, que hoje o Governo arrecada.

Então, eu não tenho medo de vaia, não tenho medo de cara feia, respeito todos. Todos. E quero ser respeitado. Porque é muito fácil fazer o discurso aqui quando deveriam estar lá no Congresso Nacional, porque veio de lá. (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Vou pedir silêncio às galerias, por favor. Vamos garantir a palavra do Deputado. Por favor, respeitem o direito do Deputado.

O SR. ANDRÉ CECILIANO - Veio do Congresso Nacional e aí, Deputado Marcelo Dino, com muita tranquilidade aqui eu digo sempre: a coisa mais fácil é votar "não", Deputado Wellington, porque quem vota "não" não se compromete com nada. Quem vota "não" não se compromete com nada, mas no futuro será cobrado.

Então, o que nós ainda estamos votando aqui, chamo a atenção, porque ainda estamos votando aqui, é para garantir o direito dos servidores. Não querem? Não tem problema. Não querem a redução de cinco anos? Chamamos os trabalhos à ordem e mudamos a votação. Agora. Votamos agora. Porque é muito fácil fazer o discurso para as galerias sem o compromisso, porque não votaram nada, nada em nenhum Projeto que aumentou a receita. Não votaram nada, porque é fácil fazer o discurso para as galerias sem se comprometer com a saúde financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Então, estamos ainda em tempo. É voto "não"? Podemos chamar os trabalhos à ordem e vamos mudar a votação. Mas temos compromisso, Deputado Luiz Paulo, Deputada Adriana. Temos compromisso, Deputado Márcio Pacheco, porque aqui não é compromisso do Governo, é compromisso com o Estado do Rio de Janeiro.

Estamos assim desde 2017. O meu partido me suspendeu por oito meses por causa de como votei. A coisa mais fácil era votar "não", mas eu tive coragem, Deputado Luiz Paulo.

O que aconteceu no Espírito Santo quando a Polícia Militar, Deputado Coronel Salema, saiu das ruas? Mais de 100 homicídios em dez dias aconteceram. Na minha base eleitoral, na Baixada Fluminense, 100 homicídios acontecem em 24 horas se a Polícia Militar sair das ruas. Então, Deputado Dionísio, com tranquilidade, com altivez, eu voto "sim" e não será meia dúzia que nos vai fazer mudar de voto, porque nós temos compromisso com o Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

(REASSUME A PRESIDÊNCIA O SENHOR DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é o Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Podem vaiar à vontade que a vaia de vocês é música para o meu ouvido. Podem vaiar à vontade! Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Rodrigo Amorim, um instante, por favor.

De novo, nós temos a maioria para mudar o placar. Nós temos a maioria para votar todas as mensagens como elas chegaram aqui, mas, não, nós temos responsabilidade. Nós falamos desde o primeiro momento, Deputado Alexandre, que nós íamos garantir os direitos dos servidores - de quem trabalha, porque muitas vezes muitos não trabalham, é bom que se diga.

O SR. RODRIGO AMORIM - Não me admira, Sr. Presidente, que hoje tenham servido mortadela nas galerias da Assembleia Legislativa. Não me admira que hoje tenham servido sanduíche de mortadela na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, eu falo com a autoridade de quem esteve presente nas 12 audiências públicas...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Rodrigo, V.Exa. poderia falar de outra tribuna, por favor?

O SR. RODRIGO AMORIM - Pode ser. Sr. Presidente, a vaia da militância de aluguel é música para os meus ouvidos. V.Exas. que aqui estiveram e votaram contra certamente acordaram com a torcida organizada e com a militância de aluguel, que definitivamente não representa o servidor público deste Estado.

Vejo aqui hoje representação da Educação, da Saúde e, sobretudo, da Segurança Pública. Efetivamente, tenho autoridade para falar desta tribuna porque participei das 12 audiências públicas, sem faltar um dia sequer. Fiquei do início ao fim em todas as discussões e presidi a maioria delas, ao lado do Deputado Luiz Paulo, do Deputado Márcio Pacheco, do Deputado Marcelo Dino.

Fizeram a maior covardia. Eu não me refiro a vocês, não, que estão ganhando para isso; eu me refiro aos Deputados covardes que vieram aqui e amarelaram, falando português claro. Eu faço um desafio a vocês que estão na galeria: perguntem aos Deputados que os representam por que eles não destacaram o texto que achavam corretos. Perguntem aos Deputados. Eu faço um desafio a todos aqueles que estão em vermelho no painel: por que não tiveram a coragem de destacar as emendas que achavam corretas? Porque fizeram um acordo com a presidência da Casa e um acordo com o Governo. Aquele que vocês estão representando aí fizeram um acordo com o Governo, tanto é que não destacaram nenhuma emenda, não houve destaque de nenhuma emenda.

É fundamental para o Rio de Janeiro aderir ao Regime de Recuperação. Aliás, não é culpa do Governador Cláudio Castro a crise financeira de que o Rio de Janeiro está saindo.

Não é culpa desta legislatura, não é culpa deste Parlamento a crise que o Rio de Janeiro viveu e da qual está saindo.

Muito ao contrário de estarmos discutindo aqui um pacote de maldades, como vocês estão atribuindo, estamos discutindo e votando a garantia de direitos dos servidores públicos. Desde o primeiro dia de discussões, mantivemos a palavra de que não abriríamos mão de qualquer direito de servidores públicos, e o falo com orgulho, ao lado de Deputados desta Casa como o Delegado Carlos Augusto, o Márcio Gualberto, o Charlyes Batista, como Deputados policiais nesta Casa. Não permitimos que fosse tirado qualquer direito da segurança pública, ao contrário.

O Governo, ao lado do Presidente André Ceciliano, teve a coragem de avançar em temas importantes como a reposição das perdas inflacionárias desde 2017, sem que este Parlamento ou que o Governo tivessem a sensibilidade e a coragem de enfrentar a pauta. Avançamos muito no direito de categorias que vinham brigando há muito tempo, como a Defensoria Pública, representada aqui hoje pelo Defensor Público Geral do Estado, como os oficiais de Justiça, a Polícia Militar, os bombeiros militares, os agentes do Degase, a Polícia Civil, a Polícia Penal. Uma emenda de minha autoria, por exemplo, ao lado do Presidente André Ceciliano, garante o período de transição para que aqueles servidores não sejam prejudicados com o novo regimento.

No meio da musiquinha inútil de vocês, porque o grito é fácil, já está aprovado, com a conivência dos covardes que manifestam o voto em vermelho mas não tiveram a ombridade e a coragem de apresentar os destaques necessários. Esses que estão fazendo a patiscada de votar em vermelho não tiveram a coragem, a ombridade de destacar porque se venderam para o Governo e para a Presidência da Casa. Covardes, covardes, covardes! Já está aprovado, vai ter reforma, nenhum direito a menos para o servidor público! Viva as nossas polícias e a segurança pública e dias melhores para o Rio de Janeiro!

Lembro que os covardes estão marcados na história. A musiquinha de vocês não nos comove. Vocês não representam os servidores públicos que vão reedificar o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Concluí, Sr. Presidente, Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra a Deputada Alana Passos. Em seguida, terão a palavra os Deputados Rubens Bomtempo e Alexandre Knoploch.

A SRA. ALANA PASSOS - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Deputadas e Deputados, todos que estão aqui, assessores, os que estão nos assistindo pela TV Alerj, nas redes sociais, todos os servidores.

Antes de mais nada, quero deixar uma coisa bem clara: votei "não" com convicção. Não aceito essa falácia de que votei "não" jogando para a plateia, porque tenho compromisso e responsabilidade. Se a carapuça vai servir para demais, pouco me importa, estou falando da Deputada Alana Passos.

Deputados que me antecederam falaram muito em relação ao Governo Federal, que chegamos ao ponto a que chegamos por causa das medidas que foram utilizadas pelo Governo Federal. O nosso Estado está passando por esse momento sensível desde 2017 e é inadmissível que se diga que a culpa é dos governos anteriores, da mesma forma que votamos e falamos e muitos aqui fazem uso da palavra e falam que o problema vem do Governo Federal, que essa batata quente chegou das mãos do nosso Presidente, assim eu quero dizer aqui agora: quem mandou essa Proposta de Emenda Constitucional foi o Sr. Governador Cláudio Castro. Então, quem mandou esse pacote da maldade para todos os servidores foi o Governador Cláudio Castro.

Não adianta culpar gestões anteriores, não adianta culpar Governo Federal, porque estamos, desde 2017, com todas as chances possíveis de reduzir os gastos do Governo do Estado para tirar o Estado desse momento de recuperação fiscal, mas o que se vê é uma quantidade abusiva de Secretarias.

Eu vou repetir quantas vezes forem necessárias: na gestão do Governador Pezão tinham... (Manifestação nas galerias)

Vou falar uma coisa para vocês: o Presidente falou uma coisa muito importante e vocês precisam entender que esta Casa é uma Casa democrática, muitos votam "sim" e outros votam "não", só que precisamos justificar o porquê do nosso voto.

Eu votei como parlamentar e eu votei como servidora pública que também sou. Agora, jogar para plateia eu não faço, porque eu estou falando de vidas. Quando falamos de uma má gestão não adianta falar do Governo Federal, é melhor assumir que foi por incompetência da gestão atual, porque no Governo Pezão eram 20 Secretarias e hoje são 31. A quantidade de cargos comissionados aumentou, a quantidade de gratificações especiais aumentou, a quantidade excessiva de publicidade aumentou.

Então, não é por falta de recurso, é por má administração. Eu não acho, eu não concordo é que sejam os servidores, os nossos trabalhadores a pagar essa conta, por isso eu estou aqui desafiando a todo tempo que o Governador tem que sangrar na própria carne, na própria carne.

Agora, mais uma vez, eu quero falar para vocês, principalmente em relação ao Deputado Luiz Paulo. Eu sou uma Deputada que posso falar com convicção, ele é o primeiro a entrar, o último a sair e ele votou "sim" por motivos dele, o voto é dele, mas ele representou muito vocês.

Eu vou falar: esta Assembleia, o Presidente e muitos parlamentares estavam assiduamente ali lutando e por isso podemos fazer uso da tribuna e falar...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Por gentileza, Deputada Alana, conclua, por favor.

A SRA. ALANA PASSOS - ...com convicção. Agora, mais uma vez, eu sei que vocês estão alvoroçados e entendam que vocês estão sendo ouvidos aqui, talvez não por uma totalidade, mas tem muitos que estão com vocês e lutando arduamente para que esse pacote de maldade não seja empunhado peito adentro de vocês.

Eu quero falar mais uma vez: não admito que alguém diga que o meu voto que foi "não", com convicção, seja jogar para a plateia. Eu voto de acordo com a minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. ALANA PASSOS - Eu voto de acordo com a minha consciência. É só isso o que eu tenho a declarar, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é o Deputado Rubens Bomtempo.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Peço a palavra para questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra para questão de ordem, o Deputado Alexandre Freitas.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Sr. Presidente, apenas para esclarecer: com o voto "não", perdendo volta o texto original da PEC, correto?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para aprovar a PEC tem que ter 42 votos "sim".

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Para aprovar o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para aprovar a PEC com o substitutivo. Se tiver 41 e tiver dois votos contrários, 41 não aprova a PEC é o Projeto original. Então, está 43 "não", por que não é mais fácil votar "não"? Então, vamos votar "não".

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Eu vou votar "não".

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - É mais tranquilo, vamos votar "não". Deputado Rubens Bomtempo.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores do nosso Estado do Rio de Janeiro, eu quero, em primeiro lugar, dizer que vou fazer o mesmo discurso que no primeiro dia quando falei, Eliomar, que na política, para poder ter cabelinho branco - como nós temos -, nós temos que ter coerência.

Quando recebemos esse pacote de maldade encaminhado pelo Governador denunciemos, naquele primeiro momento, que estava faltando por parte do Governador coerência: como pode enviar um pacote de arrocho aos servidores enquanto cria por decreto secretarias, degrada a máquina pública, cria milhares de cargos?!

Servidores, o Governador diz que todos esses cargos que foram criados não aumentaram despesas. Isso é uma tremenda mentira, porque todos passaram a receber gratificações. O que quero dizer é que o atual Governador não cumpriu o regime de recuperação fiscal. Ele criou um subterfúgio. Ele burlou o próprio regime de recuperação fiscal, porque aumentou as despesas quando criou diversas secretarias, inchando a máquina e colocando para dentro da administração pública milhares de pessoas sem concurso público. Tanto é que agora o atual Governador Cláudio Castro está mudando o seu nome. Não é mais Cláudio Castro; o nome dele, agora, é Cláudio Castanheira, porque abriga todos os seus aliados dentro da máquina pública. Quero dizer para o Sr. Cláudio Castanheira que nós vamos entrar na Justiça e vamos pedir uma liminar para extinguir as oito secretarias que foram criadas por decreto, essa vergonha!

(Manifestação nas galerias)

O toma lá da cá, a velha política. Não tem coragem de fazer mudanças.

Nós aqui estamos equivocados, porque a primeira matéria que nós deveríamos votar era a adesão ao regime de recuperação fiscal, que é a porta de entrada de todas as maldades. Como nós vamos entrar, Deputado, no regime de recuperação fiscal amortizando somente 10% do principal da dívida?! Quando você propõe um negócio jurídico processual com a iniciativa privada, Deputado, você já entra conseguindo 40% em amortização, parcelamento em duzentas vezes. E aí cabe perguntar: por que o Governo Federal age assim com o poder público e diferentemente com os devedores da iniciativa privada? Porque nós aqui não somos simplesmente o Governo; nós somos representantes do povo. O povo do Estado do Rio de Janeiro é que está endividado. E o Governo Federal fica simplesmente tratando todos nós como se fôssemos delinquentes, culpados. Essa dívida já está paga há muito tempo. São juros em cima de juros. É tudo desnecessário.

Eu pensei que o Governador tivesse autonomia, independência, grandeza e coragem para fazer essa denúncia; que tivesse, realmente, a capacidade de poder nos unir, fazer uma moratória, judicializando a dívida. Mas simplesmente o que ele fez? Jogou no colo do servidor, promovendo mais esse arrocho, sabendo que daqui a dois, três anos isso tudo vai ter que mudar, porque é impagável a nossa dívida do jeito como está sendo constituída.

Por fim, quero me solidarizar com cada um dos servidores deste Estado e dizer para vocês: não estou aqui para receber nenhum aplauso, de jeito nenhum. Estou aqui para votar de acordo com a minha consciência.

Parabéns, porque vocês são os verdadeiros patriotas deste País. Parabéns, porque vocês são o nosso maior patrimônio. Vamos lutar até o final. Vamos, sim, lutar de cabeça erguida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SENHOR DEPUTADO RENATO ZACA, 3º SECRETÁRIO)

O SR. PRESIDENTE (Renato Zaca) - O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Freitas.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Sr. Presidente, eu costumo ouvir muito nesta Casa que a política é a arte de buscar consenso diante do dissenso, mas estou vendo que a política é a arte de deixar todo mundo puto.

Eu defendo que nós, parlamentares, somos prestadores de serviços. E uma prestação de serviço que temos obrigação para com o cidadão é informar melhor. E eu vejo muita gente sobrevivendo politicamente de narrativas falsas e de inverdades.

Fato é que o peso do Estado do Rio de Janeiro no bolso do contribuinte só com servidores ativos e inativos é de 72% do Orçamento. O custo previdenciário é de 42%, enquanto esse sistema, que é um gerador de desigualdade, que privilegia a parcela mais rica da sociedade fluminense é pago com menos de 34% de suas contribuições.

Para se ter ideia, 55% dos royalties do petróleo são usados para ir para o bolso de menos de 3% da população fluminense.

Eu gosto muito de números, apesar de que meus colegas de esquerda são muito bons em humanas enviesadas e são muito ruins de matemática. Foi por isso que, em 2014, servidores do Estado não tinham dinheiro para receber, por conta de absurdos votados nesta Casa, aumentos totalmente desconectados da realidade da arrecadação, um custo previdenciário que dobrou de um ano para o outro, e muita gente ficou tendo que pedir cesta básica por aí.

Eu entrei neste Parlamento para defender o servidor que gosta de trabalhar e tem muito servidor que entende no serviço público uma vocação. Mas, o que eu aprendi é que, para cada servidor dedicado, tem dois vagabundos que não gostam de trabalhar e entendem o dia da posse como o dia da sua aposentadoria.

É um escárnio com a população que paga a conta deste Estado ver pessoas se aposentando com menos de 65 anos, caso seja homem, e mulheres se aposentando com menos de 62.

Por que o trabalhador, que muitas vezes sequer ganha um salário-mínimo, tem que pagar essa conta? Por que o servidor precisa ter, sim, um privilégio de se aposentar antes do pagador de impostos?

O que precisamos não é utilizar a Previdência como forma de corrigir algumas distorções da função. Precisamos de um Plano de Carreiras, de Cargos e Salários que privilegie o servidor que gosta de trabalhar, que valorize o servidor dedicado, para que ele não seja desestimulado por aquele servidor que acha que bater ponto já está ótimo.

É bom deixar claro, e eu ouço muita categoria defender injustiças, bradarem injustiças, mas injustiça é o contribuinte que paga 32% no ICMS da conta de luz. É o sujeito que, na hora de comprar um remédio, paga 20% de ICMS. É a classe média que não consegue ter um carro, e o pobre também, minimamente decente, porque o IPVA do Estado do Rio de Janeiro é um dos mais caros do Brasil.

Enquanto o Rio Grande do Sul está reduzindo o ICMS da gasolina para 25, estamos cobrando 32. O básico no Estado do Rio de Janeiro é é muito caro. Classe média é jogada para baixo, o tempo inteiro, e o pobre sequer tem oportunidade de ascender. Porque, novamente, o básico, no Rio, é muito caro. E é caro por conta do peso do Estado.

E aqui vai um agradecimento para os servidores que estão aqui nas galerias. O meu voto era abstenção, porque eu entendia que essa reforma era insuficiente, era injusta com quem paga a conta, mas, graças à influência de quem está nas galerias, nós vamos voltar ao texto original. E, aí, sim, esta Casa vai corrigir um erro histórico e vai começar a olhar pela parcela mais fraca da população. A maioria difusa, que não tem tempo para ficar aqui, porque está ocupada pagando a escola, pegando o teu filho na escola...

O SR. PRESIDENTE (Renato Zaca) - Peço para concluir, Deputado, por favor.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - ...está preocupada com a conta do supermercado e não tem tempo de vir ao Parlamento. Então, eu agradeço, em nome dos contribuintes fluminenses, eu agradeço a manifestação dos senhores e das senhoras. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renato Zaca) - O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Knoploch.